Anais do XXVII Encontro de Iniciação à Docência
Pró-reitoria de graduação - ENID - 2025

https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/enid/index

RESUMO SUBMETIDO AO XXVII ENID - 2025 - UFPB
DIREITOS HUMANOS EM PERSPECTIVA CRÍTICA: APRENDIZADOS E DESAFIOS A PARTIR DA MONITORIA NA DISCIPLINA DIREITO DOS GRUPOS SOCIALMENTE VULNERÁVEIS

Kelton Mark Araujo Marinho;
Gilmara Joane Macedo De Medeiros;
Gilmara Joane Macedo De Medeiros (Orientadora).

Programa de Monitoria
CCJ - Centro de Ciências Jurídicas - Campus I - João Pessoa.

RESUMO: O presente trabalho visa a refletir sobre os aprendizados e desafios encontrados no desenvolvimento da monitoria na disciplina de Direito dos Grupos Socialmente Vulneráveis, desenvolvida no curso de Direito de Santa Rita/UFPB, no período letivo de 2025.1. Junto com a orientação foi construído um projeto de intervenção da monitoria que consistiu no acompanhamento e leitura dos textos sugeridos aos discentes, no suporte aos/as alunos/as para a realização dos trabalhos acadêmicos exigidos na disciplina e no auxílio à docente no desenvolvimento das atividades de planejamento das aulas e correções de trabalhos. O principal momento de integração entre o monitor e os/as discentes foi na construção dos seminários, cujos temas envolveram ações emblemáticas que foram julgadas pelo Supremo Tribunal Federal e que reconhecem a vulnerabilidade social, tais como a ADPF 635 (ADPF das favelas), a ADPF nº828 (Despejo Zero), ADPF 347 (Prisões) e o RE 1.107.365 (Marco temporal). Este trabalho consistiu na leitura das decisões e na sua apresentação e representação criativa. O monitor pode colaborar com o processo de construção, em especial, dos trabalhos criativos, cujos resultados foram murais, construídos pelos discentes que ficaram em exposição no campus. Para nós, este momento foi significativo, pois de forma interdisciplinar uniu o jurídico ao humano, o texto à imagem, a norma à vida e permitiu que os discentes analisassem criticamente a distância entre teoria e prática e a atuação do Estado como violador de direitos. Destacamos como aprendizados: a) a possibilidade de consolidar conhecimentos críticos acerca dos direitos humanos, da vulnerabilidade social e de como o direito reconhece e lida com ela; b) o fortalecimento crítico do monitor e dos/as discentes acompanhados, c) o incentivo à sensibilidade com os problemas sociais e ao uso da criatividade e, d) os diálogos e debates em sala de aula. Destacamos como desafios: a) a falta de compromisso dos/as discentes com a leitura dos textos sugeridos na disciplina e b) o uso cada vez mais frequente de inteligência artificial como substituto dos trabalhos acadêmicos. Apesar dos desafios, acreditamos que o projeto reafirmou a potência da universidade pública como espaço de resistência, reflexão crítica e construção social da solidariedade. Ademais, as trocas em sala proporcionaram uma aproximação com a docência marcada pela humanização do ensino jurídico, pela escuta, empatia e compromisso com uma formação transformadora. Por fim, o projeto evidenciou que os Direitos Humanos não se aprendem apenas em livros, eles se praticam nas relações, no respeito à diferença e na busca constante por uma sociedade mais justa. Palavras-Chaves: Direitos Humanos; Ensino Jurídico; Perspectiva Crítica.